



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CANAN
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

VINICIUS MATEUS FERREIRA RODRIGUES

“OCUPAR PARA DESENVOLVER”: As cidades rurais de José Geraldo da Cunha Camargo
e o conflituoso processo de colonização da transamazônica (1970-1980)

ANANINDEUA

2025

VINICIUS MATEUS FERREIRA RODRIGUES

“OCUPAR PARA DESENVOLVER”: As cidades rurais de José Geraldo da Cunha Camargo e o conflituoso processo de colonização da transamazônica (1970-1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

ANANINDEUA
2025

VINICIUS MATEUS FERREIRA RODRIGUES

“OCUPAR PARA DESENVOLVER”: As cidades rurais de José Geraldo da Cunha Camargo e o conflituoso processo de colonização da transamazônica (1970-1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

Data de aprovação: 29/09/2025

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Dr Francivaldo Alves Nunes

Universidade Federal do Pará

Prof. Leandro Jorge de Barros Salles

Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo

Universidade Federal do Pará

Ocupar para desenvolver: as cidades rurais de José Geraldo da Cunha Camargo e o conflituoso processo de colonização da transamazônica (1970-1980)

VINICIUS MATEUS FERREIRA RODRIGUES

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a analisar a discussão sobre os projetos de colonização e construção de cidades rurais desenhadas pelo arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo, sob a lente do debate de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia no século XX. O arquiteto carioca atuou no sudeste paraense, mais precisamente na região da transamazônica, a serviço do governo militar, como funcionário do INCRA. A realização desses projetos levou ao deslocamento de um grande contingente de indivíduos de outros estados para a região amazônica durante a década de 1970, também levou a uma radical mudança no espaço onde foram implementados, o que enseja questões e o debate sobre as razões para a realização deste projeto pelo regime militar e a escolha dos migrantes e como isso estimulou conflitos na região. Também se buscou a reflexão sobre os impactos socioambientais durante o processo de construção das novas cidades e empreendimentos pensados como forma de desenvolvimento regional, refletindo-se sobre um determinado modelo de desenvolvimento para a Amazônia naquele momento.

Palavras Chave: Transamazônica, Colonização, Ditadura Militar, Urbanização.

Experiências de migrações e colonização na Amazônia:

A historiografia regional amazônica registra que a partir de meados do século XX, uma forte intervenção do Estado brasileiro passa a acontecer no sentido de tentar vencer o que era considerado o grave problema do isolamento que permanecera por tanto tempo em relação aos estados da região norte do país e o que se constituía em um forte obstáculo para o desenvolvimento regional, bem como para a integração da região a economia nacional. No caso, podemos citar os estudos de Renata Belz Kruger (2022) e Airton dos Reis Pereira (2013), que abordam o intenso estímulo a migração para a colonização da região amazônica na porção paraense, sobretudo à época do regime militar.

Retrocedendo no tempo, é possível observar que o “vazio” em relação a ocupação da Amazônia já era algo discutido e debatido desde o começo do século XX, aliás, a própria floresta era representada como uma espécie de entrave a civilização, como se observa no livro de contos de Alberto Rangel intitulado “inferno verde” (1908) datado do começo do século passado, e, este termo inclusive é resgatado pelo regime militar quando, nos anos 1970 se comemorava em propaganda oficial haver-se rasgado o “inferno verde”, em alusão à abertura de rodovias em meio à imensas áreas florestais. Deste modo, tornara-se uma preocupação constante de intelectuais e representantes governamentais vencer a obstáculo da floresta selvagem que impedia o pleno desenvolvimento da região e que segundo estes personagens, relegava os habitantes deste lugar uma vida de atraso, miséria e isolamento.

A historiadora Franciane Gama de Lacerda (2010) em obra na qual trata da migração de cearenses para a região amazônica ainda no período aurífero da borracha, demonstra como dada a necessidade da exploração do recurso gomífero e efetiva ocupação em outras atividades, havia a necessidade de braços para o trabalho na Amazônia, sendo, portanto, incentivada a vinda de trabalhadores e suas famílias para a região. Citando autores como Caio Prado Junior (1945) Celso Furtado (1959) Oliveira Vianna (1923) Ernani Bruno (1966) e outros, a autora debate a preocupação com a questão do espaço amazônico, que chega aos agentes governamentais, e, partir de então, traçam-se uma série de planos de ocupação e exploração econômica da floresta.

Entretanto, nesse primeiro momento os maiores articuladores desse processo foram os governos do Pará e do Ceará, que tentavam solucionar problemas próprios da extração da

borracha e da seca através da migração. Uma maior atuação da união federal no sentido de incentivar um processo migratório para a região amazônica ganha contornos mais concretos em um segundo momento a partir dos anos 1940, na era varguista onde, em meio ao contexto da segunda guerra e dos acordos de Washington com os Estados Unidos para o fornecimento de borracha, o governo convoca um elevado contingente de nordestinos para trabalhar na extração do látex. Gilson Laone Pereira (2014) em artigo onde discute a questão dos soldados da borracha, explica que através da SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) e com ajuda americana, o governo Vargas convocou e levou milhares de nordestinos à Amazônia.

Estas experiências de migração para a Amazônia, articuladas pelos poderes estaduais ou federal entre fins do século XIX e primeira metade do XX, justificadas nos discursos também pela razão da ocupação do vazio humano verde, estavam mais atreladas a atividade extrativa da borracha, que era realizada em condições de extrema exploração do trabalho dos sujeitos que afluíam, sobretudo do nordeste para o trabalho nos seringais. Mesmo na segunda leva incentivada por um órgão como a SEMTA, os trabalhadores acabaram abandonados a própria sorte, como discutem Hochman e Miranda (2021), debatendo a assistência médica aos trabalhadores, e o conseqüente abandono no período do fim da segunda guerra, quando a demanda por borracha decaiu.

Afora as experiências ligadas a economia extrativa da borracha, outras experiências de migração que foram vinculadas a experiências de colonização puderam ser observadas na região amazônica entre os séculos XIX e XX. Essas experiências podem ser observadas partindo de um espectro mais amplo, olhando-se para o modo como se conformou desde tempos coloniais a estrutura fundiária do Brasil, conformada nos domínios dos latifúndios e da atividade agrícola extensiva. Alberto Passos Guimarães, autor do clássico “Quatro séculos de Latifúndio”(1981), onde analisa a gênese e a continuidade da supremacia das grandes propriedades e do domínio exercido pela classe proprietária destas, durante a exposição de seu amplo estudo, aborda determinados momentos em que a estrutura fundiária sofre modificações, dando espaço legal para outros tipos de propriedade como o minifúndio.

Um dos exemplos dados pelo autor é o incentivo à imigração para a criação de colônias na região sudeste, a criação dessas colônias com a cessão de lotes aos colonos estrangeiros, segundo Guimarães, teria como alguns dos motivos a possibilidade da manutenção de pequenas propriedades que cultivassem gêneros que a grande propriedade

não cultivava, demandando assim a importação por parte do império de determinados gêneros para o abastecimento do mercado interno. Mais adiante na discussão, o autor cita que essas experiências acabaram fracassando e muitas colônias não prosperaram, revelando também que estas pequenas lavouras além de subordinadas aos latifúndios, os próprios migrantes eram vistos mais utilmente como braços para o trabalho nas grandes fazendas.

Assim como o exemplo citado pelo autor, que ocorreu na região sudeste, na região amazônica também houveram experiências de colonização parecidas e pelos mesmos motivos, com as mesmas justificativas nos discursos oficiais. Barbara Weinstein (1993) ao abordar a questão da colonização agrícola no Pará entre fins do século XIX e início do XX, coloca que a questão do incentivo e a defesa por parte da elite à implantação de colônias no Pará esteve ligada ao fato de que o fornecimento de gêneros básicos para o consumo urbano da capital era extremamente deficitário, e a capacidade de autossuficiência diminuía consideravelmente, dependendo assim, os habitantes das cidades, da pequena produção. Havia também outras questões como o interesse em trazer imigrantes estrangeiros, que não se adaptaram, superando por fim o deslocamento de brasileiros, sobretudo nordestino. A autora considera fator decisivo para o fracasso da experiência colonial a falta de incentivo, pois, o solo rapidamente esgotável dependia do uso de insumos, e outro fator citado pela autora é a constante fuga das colônias para os centros urbanos, sobretudo em relação às colônias na chamada zona bragantina.

De fato, a justificativa da escassez de braços e do problema da produção agrícola na região amazônica será observada continuamente nos discursos e falas de agentes públicos, como recupera Franciane Gama Lacerda (2010), ao discutir a migração intensa de cearenses para território paraense, de forma que uma parte deste contingente se deslocou para os projetos de colonização. Lacerda traz um ponto importante em sua discussão, que é o do desprezo, no sentido de ignorar, nos discursos, os indígenas e outros sujeitos que já faziam alguma espécie de agricultura de menor escala no estado, de forma que, essa mesma rejeição se repetirá no decorrer de outros projetos de colonização de ocupação, privilegiando-se sujeitos de fora da região, como será abordado mais adiante, quando se falará da colonização dirigida. A pesquisadora também afirma que diante do recrudescimento das condições era comum que os colonos ou se dedicassem a outras atividades como extração de madeira ou se deslocassem rumo a outras localidades ou colônias.

Francivaldo Alves Nunes (2008) quando discute a implantação do núcleo colonial Benevides, na segunda metade do século XIX, e citando os estudos de Roberto Santos, discorre que uma atuação mais forte do Estado no sentido do controle dos projetos coloniais foi decisiva para que houvesse uma entrada maior de imigrantes no país, ou mesmo deslocamentos internos, no caso da Amazônia no sentido da produção agrícola, produção esta desassociada do modo de plantio indígena e caracterizada pela queima e derrubada da floresta. Nunes afirma que os projetos de colonização nacional seguiram duas diferentes matrizes, uma com o objetivo de ocupação de áreas não ocupadas e outra como objetivo de atração de mão de obra para as lavouras nas regiões sul e sudeste.

Os trabalhos citados levam à reflexão de que os processos de implantação de projetos de colonização na Amazônia tiveram pelo menos em comum o fato de que foram constantemente justificados pelo discurso de vazio demográfico e necessidade de incremento da atividade agrícola da região. À razão de necessidade de ocupação e braços para a agricultura, depois ao discurso se incorporará a necessidade de integração da região amazônica ao restante do país e a concomitante necessidade de desenvolvimento econômico da mesma.

A partir de uma série de discussões neste âmbito, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, em 1953, em um segundo momento de Vargas na presidência. Os objetivos do novo super órgão, que teria sob sua alçada a superfície amazônica brasileira, eram principalmente o de ocupar a vastidão pouco habitada e buscar um desenvolvimento através, justamente do incremento e incentivos à atividades produtivas que pudessem explorar o afirmado potencial econômico “pouco explorado” até aquele momento.

Deste modo, a superintendência, articulada com o Banco de crédito da Amazônia (antigo Banco da Borracha), ficaria responsável por financiar os projetos traçados como fundamentalmente importantes para que se alcançassem os objetivos de preencher o déficit demográfico e melhoria do quadro econômico da região, e em consequência do país. Peñarocha (2003, pp. 66-80) destaca que as dificuldades de atuação da SPVEA foram enormes, pois, de um lado se tinham as escassas verbas federais e estaduais, que sequer respeitavam a porcentagem das receitas definidas em lei que deveriam ser repassadas, e de outro lado, se tinha a própria vastidão territorial e com isto um dificultoso e problemático quadro administrativo.

O historiador ainda pontua que a grande marca da intervenção da união federal na Amazônia no período pré-ditadura se constituiu na rodovia Belém-Brasília, que com o objeto de integrar a região, gerou desigualdades e conflitos relacionados a posse da terra. O resultado disto no pós 1964, já com a ditadura instaurada foi a dissolução da SPVEA, considerada ineficiente e a fundação da SUDAM em 1966, também houve a mudança e redefinição do papel do Banco da Amazônia, que passaria a ser um órgão de financiamento importante para os novos projetos que seriam definidos para o território amazônico.

Diante deste cenário, ao longo dos anos 60 e 70 o regime militar, já implantado traça grandes projetos para a Amazônia e na sua essência esses planos tinham os objetivos principais de ocupar efetivamente a região, que já se configurava há muito tempo como discurso e implementar um modelo de incentivo à atividades econômicas que pudessem substituir as atividades consideradas primitivas e de baixa produtividade e rendimento, á exemplo do extrativismo e da agricultura de subsistência. Desta maneira, se devia buscar o preenchimento do vazio demográfico e a produção de gêneros que atendessem às demandas à níveis, regional, nacional e internacional.

Quem foi José Geraldo da Cunha Camargo?

José Geraldo Camargo foi um arquiteto e urbanista brasileiro nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1925¹, filho de Felisberto Camargo, engenheiro agrônomo que atuou como diretor do Instituto Agrônomo do Norte e da Escola de Agronomia da Amazônia na década de 1940 no Estado do Pará, tendo sido diretor de outras instituições semelhantes no país. José Geraldo obteve sua formação pela Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1953. Ele é reconhecido por ter sintetizado a teoria do Urbanismo Rural em uma conhecida obra de sua autoria, na década de 70, além de outros escritos, onde debateu os caminhos para os problemas que considerava graves em relação às cidades, por um lado inchadas demograficamente e com a formação de “favelas”², e o campo por outro lado, repelindo e em acentuado processo de êxodo.

O arquiteto também é conhecido por ter atuado nos projetos de colonização dirigida para a Amazônia durante o regime militar, mais precisamente durante a primeira metade da

¹ CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Curriculum Vitae, 1985, Coleção Iracema e José Geraldo Camargo, FAU/UFPA.

² CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Urbanismo Rural. Brasília: Gutemberg,1953. Pp. 4-17.

década de 1970, e é esse ponto da vida de Camargo que em especial que suscita, em tempos mais recentes o interesse de diversos estudos, pois ele esteve presente e coordenando todo o processo de deslocamento dos migrantes e construção das cidades onde estes receberiam lotes e casas para residir e produzir. Desta forma, o arquiteto também pode ser observado como um intelectual que estava pensando a questão do urbanismo, das cidades e da demografia no Brasil, e a partir dos órgãos em que trabalhou, teve uma atuação no sentido de materializar suas ideias sobre ocupação e cidade no meio rural brasileiro.

Entre as décadas de 1950 e 1970 ocupou cargos em órgãos do governo federal nos quais coordenaria projetos de colonização, imigração e incentivo as atividades agrícolas nacionalmente, levados adiante pelo regime militar. Para citar, Camargo ocupou cargo no INIC (Instituto nacional de imigração e colonização), e nos órgãos sucessores a este, portanto, INDA (Instituto nacional de desenvolvimento agrário), SUPRA (Superintendencia de reforma agrária), IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e INCRA (Instituto nacional de colonização e reforma agrária), órgão esse no qual ele elaborou os projetos das cidades rurais e participou da implementação das mesmas na região da transamazônica. A partir de fins dos anos 70 se desvincula do trabalho no INCRA e passou a se dedicar à vida acadêmica nas décadas seguintes, até o seu falecimento no ano de 2009, que foi anunciado em jornais do período³.

O Urbanismo Rural e a ditadura militar

É neste contexto que um projeto de colonização e de desenvolvimento baseado na construção de cidades seria incorporado e realizado durante o regime militar, demarcado pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici. Este projeto seria vinculado a um outro de grande porte que seria a construção de uma rodovia rasgando a floresta amazônica, a propagandeada rodovia transamazônica, vendida como uma grande obra que mostraria a pungência do regime e a sua capacidade de gerência do desenvolvimento nacional.

Este projeto se constituiria na construção de cidades, interligadas pela rodovia, que possuiriam uma estrutura organizacional dividida em níveis de urbanização: As agrovilas, com menor nível de urbanização e onde os colonos se voltariam para as atividades de agricultura e pecuária nos lotes recebidos, depois viria a Agrópolis com um nível

³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/12/2009, p. A14.

intermediário de urbanização e com atividades agroindustriais e alguns equipamentos , já a Rurópolis seria o centro urbano principal com maior nível de urbanização e concentração de atividades públicas e privadas, seria a parte principal no conjunto de núcleos urbanos interdependentes entre si⁴.

O principal eixo de deslocamento entre os núcleos urbanos e entre as próprias cidades seriam a rodovia e as estradas adjacentes que seriam abertas e aproximação com outros centros seria fundamental, pois, serviriam de base para a colonização dirigida⁵. Essas cidades derivavam da teoria do Urbanismo Rural, que inspirado na teoria da cidade jardim⁶ de Ebenézer Howard, pré-urbanista inglês que acreditava ser possível unir os benefícios da vida na cidade as vantagens da vida no campo e o contato com a natureza (domesticada). Desta forma, a ideia consistia em permitir o acesso aos serviços e equipamentos próprios das cidades no meio rural, na tentativa de fixar o homem no campo, para que não tivesse de procurar as grandes cidades, estancando problemas como o êxodo rural e os inchaços demográficos urbanos das grandes metrópoles que incorriam em favelas e comunidades, segundo as ideias e discussões centrais da teoria em questão.

A teoria, explicitada e exemplificada nas obras escritas por Camargo, era o desenho de um modelo no qual o arquiteto demonstrava a possibilidade da urbanização planejada, criando núcleos urbanos no meio rural, no campo, no caso amazônico, em meio a floresta. Esse modelo se caracterizava por uma urbanização que apesar de hierarquizada em diferentes níveis, e dividida entre Rurópolis (parte mais urbanizada), Agrópolis, agrovilas (bairros rurais) e lotes rurais, deveria estar interligada, pois as áreas de produção dariam suporte aos núcleos industriais e voltados para o trabalho urbano, e estes por sua vez absorveriam parte da produção e ofereceriam suporte em termos de infraestrutura. Renato Rego (2016) explica que a intenção do arquiteto era a de criar uma rede urbana autossuficiente nas zonas rurais, aplicando técnicas de urbanização utilizadas nas cidades

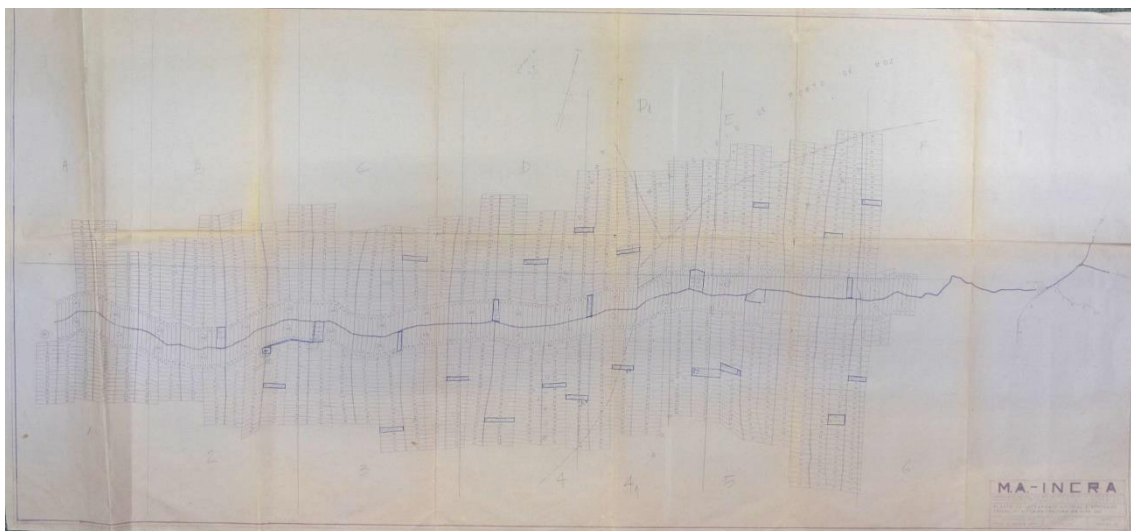
⁴ CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Urbanismo Rural. Brasília: Gutemberg,1973. Pp. 17-24.

⁵ TAVARES, Vania Porto. Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro, RJ: IPEA/INPES, 1972. 202 p.A colonização dirigida na definição de Vania Porto Tavares, Claudio Considera e Maria Thereza Castro e Silva, caracteriza-se por uma atuação privada ou oficial gerindo um movimento migratório com o objetivo da formação de propriedades agrícolas familiares em um determinado espaço.

⁶ PINHO, Giselle Fernandes de. Morfologia de aglomerados rurais: caso PA-150, trecho Moju-PA. 2019. 1 recurso online (503 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1636890. P 79-89.

para a criação dessas cidades e a possibilidade que elas se tornassem centros desenvolvidos no meio rural.

Um livro em questão, publicado pela editora Gutembergue em 1972, que trata da teoria do Urbanismo rural e da construção de cidades rurais, foi escrito por Camargo, no qual o arquiteto afirma que realizou reflexões sobre as causas do fracasso de experiências de colonização anteriores, e da dificuldade de manter o homem ligado ao campo e habitando neste, e que a explicação do insucesso teria sido a falta de infraestrutura e acesso a serviços e equipamentos urbanos, pois, segundo o projetista, o homem sempre buscaria o progresso que estava na vida urbana. Neste sentido, a saída seria unir a vida no campo ao modo de viver nas cidades, construindo-se assim as chamadas cidades rurais nos moldes planejados e desenhados de acordo com o que se observa em plantas elaboradas pelo projetista, como na representação abaixo:



Mapa da transamazônica representando a implantação de agrovilas, lotes e agrópolis e Rurópolis (traçados retangulares mais escuros), no trecho Altamira-Itaituba. Coleção Iracema e José Camargo: Urbanismo rural na Amazônia. Nº de ordem 20580.

Desta maneira, os projetos das cidades novas no meio rural, em plena floresta amazônica, que seriam construídas em faixas de 50 quilômetros por 10 ou 12 quilômetros de fundo, em áreas em processo ou a serem desmatadas (como se observa nas fotografias das construções dos núcleos), foi prontamente absorvido pelo regime militar, mais precisamente durante o tempo de mandato do general Médici, durante os anos de chumbo. Além de viabilizar a ocupação e a expansão de atividades econômicas para a região amazônica como queria o regime, o fato de J.G. Camargo ter ocupado desde os anos 50 cargos em órgãos de colonização e reforma agrária, tendo sua teoria sido reconhecida e

conhecida enquanto acadêmico e uma proximidade com a figura de Emilio Médici⁷ teriam influenciado a escolha pelo seu projeto naquele contexto do início da década de 1970.



Vista aérea do processo de desmatamento para construção de agrovilas. Imagem retirada do livro *Urbanismo Rural*, publicado pela editora Gutemberg em 1973.

O Urbanismo na Amazônia como projeto do grande capital

O sociólogo Francisco de Oliveira (1972), em uma clássica obra de sua autoria em que discutia a questão do subdesenvolvimento brasileiro pensado como estágio de transição, em uma linha de pensamento que opunha o moderno e o atrasado, discordava veementemente desta posição. Para Oliveira o Brasil não podia ser pensado sob essa perspectiva, pois, o atrasado e o dito moderno coexistiam livremente e de forma interdependente no capitalismo brasileiro. Um ponto de discussão importante na obra deste autor diz respeito a sua visão sobre como o capitalismo no país se expande criando periferias, espaços dos quais o sistema se nutre e o processo de acumulação se expande.

Alguns dos argumentos do autor são: o de que a expansão da agricultura além de gerar capital de investimento, também proporcionaria na primeira metade do século XX, um excedente de mão de obra para o trabalho urbano, e de outro lado, também o incentivo a uma agricultura que produzisse o suficiente para manter os preços dos alimentos

⁷ KRUGER, Renata Belz. O discurso do governo militar: dispositivos mobilizados na colonização da Transamazônica: The military government's discourse: devices mobilized in the colonization of the Trans-Amazonian. (2022). *REVHIST - Revista De História Da UEG*, 11(2), e122207. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i2.12968>. P.17.

acessíveis para a reprodução das condições mínimas para a força de trabalho. Assim, o moderno se faria às custas da convivência comum modelo arcaico, assentado em velhas relações e na superexploração.

José Graziano Silva (1981), agrônomo e contemporâneo de Oliveira, escreveu, uma década depois uma obra em que se propôs analisar a estrutura agrária, a chamada fronteira agrícola, a qual segundo este, se expandia, e a questão do trabalho rural no Brasil. Silva segue a linha teórica de Oliveira e considera que para entender o contexto brasileiro de expansão do capitalismo a oposição dualista derivada do modelo cepalista⁸ não serve, é preciso, segundo reflete o autor, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro acontece e se reproduz através das relações contidas no arcaico e não no moderno urbano-industrial. O pesquisador ainda aponta que em caminho de mão dupla, as novas frentes abertas absorvem parte da própria produção industrial no processo de modernização da produção.

Entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o sociólogo Octávio Ianni escreveu obras como “Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia” e “A ditadura do grande capital” em que coloca o processo de colonização da região amazônica como um processo realizado pela ditadura como forma de viabilizar a expansão do capitalismo e acumulação de capital, propiciando através da abertura de estradas e do povoamento de terras devolutas ou indígenas a criação de condições necessárias ao desenvolvimento de atividades econômicas controladas pelo capital privado.

Especificamente em “A ditadura do grande capital” (1981), o autor coloca a Amazônia como periferia do centro econômico do capitalismo brasileiro, e uma periferia sendo aberta a partir de uma frente agrícola. A partir dessa abertura, segundo o pensador, dois tipos de políticas foram pensadas: uma de reforço de laços com o centro-sul e outra de abertura da região para o desenvolvimento intensivo do capitalismo e da empresa privada, através de processos de ocupação, colonização e integração. Nesse processo, as terras começam a ser expropriadas e há, como discute Ianni, a expulsão de indígenas, quilombolas e caboclos que sofrem com uma acentuada violência, empreendida em nome dos interesses do capital.

⁸ NASSIF, André. Desenvolvimento e estagnação: o debate entre desenvolvimentistas e liberais clássicos. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023. Segundo Nassif, a Comissão econômica para a América Latina e Caribe, criada em 1948, propunha o desenvolvimento industrial como forma de saída do subdesenvolvimento, em um mundo dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Outra obra que se tornaria um clássico nos debates sobre o tema seria “Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia” (1979), onde o autor toca especificamente na discussão sobre a colonização dirigida e a proposta do urbanismo rural de José Geraldo da Cunha Camargo. Neste livro, o estudioso ressalta que essa colonização oficial tinha por objetivo subordinar uma espécie de reforma agrária espontânea ao controle estatal, de forma que, os técnicos do INCRA (aqui apesar de não citado, entende-se relacionar-se a figura de Camargo, que era funcionário do órgão e coordenador do projeto) teriam levado a cabo a concretização de “uma concepção ditatorial de relações sociais, atividades econômicas rurais, vizinhança, escola e casa e etc⁹”.

Ainda, o pesquisador aponta que diversos registros e documentos da época apontam que o projeto de colonização oficial também pretendia reduzir a pressão de áreas onde haviam se intensificado as tensões sociais, como exemplo o Nordeste, lugar em que se afigurava uma grande desigualdade com a presença de desemprego, subemprego e miséria. Todas as razões da colonização se somavam ao mote principal, considerado nesta obra como abrir uma nova frente para a expansão capitalista, de modo que os núcleos urbanos/coloniais se tornariam fonte de fornecimento de gêneros e mão de obra para os empreendimentos capitalistas e em última instância, uma ferramenta para fazer uma espécie de contrarreforma agrária, que dava sinais de se realizar através das migrações e espontaneamente.

De fato, fazendo referência ao do historiador Pere Petit Peñarocha (2003), que abordou o tema da colonização em sua obra “Chão de promessas”, onde também citou os estudos de Ianni, e onde esclarece que o governo encontrou na migração para a o norte a solução de alguns problemas vigentes na época, entre eles: o preocupante vazio demográfico amazônico e o seu atraso de um lado e, por outro lado, os conflitos e problemas agrários que se desenrolavam nas regiões sul e sudeste do Brasil, palco de uma concentração fundiária e muitos problemas relacionados ao acesso a terra. Deste modo, a migração com o suporte do governo ditatorial passou a ser um dos projetos mais importantes de então, e a criação de centros urbanos para a colonização ao longo da transamazônica daria vazão as demandas e objetivos que se queriam alcançar, como os da ocupação e da reconfiguração econômica numa perspectiva regional.

⁹ IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: vozes, 1979. Pp. 61.

Um trabalho mais recente, que pode ser citado quando se trata deste tema, apesar de não focar na colonização, mas a aborda quando fala da abertura de rodovias, é o de Thiago Mesquita em tese intitulada “Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse de terra no Pará” (2018) onde discute os impactos da construção da Belém Brasília, discorrendo sobre o interesse do governo militar sobre o território amazônico. Mesquita enfatiza, com auxílio de uma série de autores que observaram a questão dessas grandes intervenções na floresta, que esses projetos em grande medida beneficiariam os interesses dos setores empresariais, financeiros, industriais e agropecuários do país, de forma que foram eles no “frigor dos ovos” os que mais obtiveram vantagens e ganhos com a disponibilização de milhões de hectares na região amazônica e com os investimentos que iriam incrementar a exploração dos recursos naturais deste espaço.

Conclusões

Resgatar a discussão sobre a colonização ao longo da transamazônica na década de 1970 permite observar, como foi discutido, de que forma o projeto da construção de cidades novas no esquema do urbanismo rural atendeu a diversos interesses, entre eles o da expansão do processo de acumulação capitalista, por meio da expansão da fronteira agrícola e de redução de tensões em outras regiões do país. Por outro lado, não se esvazia de sentido a atuação de José Geraldo da Cunha Camargo, intelectual que sistematiza o modelo das cidades rurais e que coordenou, como funcionário do INCRA o deslocamento dos migrantes, e cabe ressaltar que também foi um acadêmico que pensava questões dos problemas urbanos, desenvolvimento e também a própria região amazônica naquele contexto, o que permite refletir sobre como as suas formulações se tangenciavam com os interesses do regime e de outros grupos interessados na abertura da região como fronteira de produção.

Atualmente, está em poder da faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Pará um acervo cedido pela família do arquiteto, e transformado em uma coleção contendo documentos da carreira acadêmica e profissional de Camargo. Desta coleção podem-se citar ao menos duas fontes que exemplificam a visão do projetista para a região amazônica e as ideias que estruturaram o modo como o processo de colonização e escolha dos migrantes foi realizada. O primeiro documento se trata de uma publicação

do INCRA de 1971¹⁰, escrita pelo arquiteto na qual explica os problemas, na sua visão, existentes em relação as grandes cidades, como superpopulação e favelização, o êxodo rural que leva a esses problemas, e a distribuição demográfica desarmônica, com áreas rurais pouco povoadas.

No mesmo documento o projetista argumentava que para um processo de “colonização racional” bem sucedido era preciso que as pessoas selecionadas para o trabalho no campo fossem indivíduos capazes e aptos para o trabalho, de forma que se tivesse o cuidado de escolher pessoas que não pertencessem a um mesmo grupo social constituído em um mesmo espaço, eliminando o risco de trazerem-se vícios e costumes não adequados a nova sociedade que se queria constituir.

A segunda fonte trata-se de um livro escrito por Camargo e sua esposa, a geógrafa Iracema de Queiroz Camargo, intitulado “Estado do Pará: Transamazônica, colonização a partir do urbanismo rural, resumo histórico e fotográfico de 1971 a 2000”, do ano de 2003¹¹. No livro, o arquiteto coloca que a floresta amazônica se constituía em um imenso verde com potencial de exploração que precisava ser ocupada e seus recursos bem conhecidos, nesta obra também, há afirmação de que a decisão do governo federal de fazer a colonização se deveu aos problemas no Nordeste e do sul com “minifúndios improdutivos” que constantemente divididos não eram suficientes para o sustento de famílias. O pensador do urbanismo rural afirma ainda que na região onde os projetos se implementaram havia marcadamente uma sobrevivência através de atividades extrativas, o que precisava ser mudado.

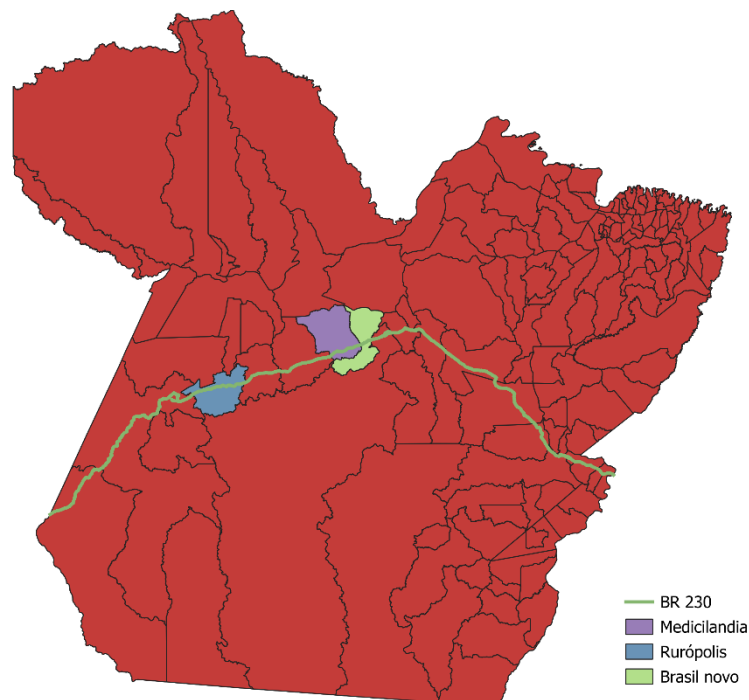
No livro citado o arquiteto e urbanista rebate críticas ao que foi realizado pelo projeto das cidades rurais, argumentando que apesar da construção de agrovilas, agrópolis e Rurópolis terem sido encerradas em 1973, outros núcleos urbanos surgiram por iniciativa de pessoas que ficaram, e desta forma o resultado positivo teria sido o surgimento de municípios na região da rodovia transamazônica, a exemplo das cidades de Medicilândia, Brasil Novo e Rurópolis. Camargo ainda defende a rodovia como eixo de escoamento da produção e argumenta que seus problemas se deveram a necessidade constante de

¹⁰ Texto impresso, “A Ocupação da transamazônica e a experiência do urbanismo rural”. Coleção Iracema e José Camargo: Urbanismo rural na Amazônia. Nº de ordem 2024109.

¹¹ Livro, Estado do Pará: Transamazônica, colonização a partir do urbanismo rural, resumo histórico e fotográfico de 1971 a 2000. Ano: 2003. Coleção Iracema e José Camargo: Urbanismo rural na Amazônia, Nº de ordem 2024158.

manutenção que não foi realizada. O mapa abaixo situa os municípios e a extensão da rodovia transamazônica:

Municípios originados a partir do projeto de colonização do INCRA -PA



Mapa elaborado pelo autor.

Através dos dois documentos citados é possível observar que o discurso do vazio amazônico se reproduz nas ideias de J.G. Camargo, assim como também se repete a justificativa de necessidade de ocupação e desenvolvimento regional, algo que foi a base para justificar as intervenções federais no sentido do radical reordenamento do espaço, e conseqüentemente, como já foi colocado, atender às demandas de deslocamento da fronteira e expansão do grande capital. Outro ponto defendido pelo coordenador do processo de colonização, era o de que pessoas “capazes” e de diferentes grupos fossem deslocadas para as colônias, o que se concretizou com a exclusão de pessoas da região e na escolha de famílias do Sul, Sudeste e Nordeste para o recebimento de lotes rurais de 100 hectares e urbanos de 1500 a 3000 metros quadrados, possibilitando a migração e redução de tensões em outras regiões.

O planejamento da construção das cidades rurais, que resultaram em municípios como Medicilândia, Rurópolis, Brasil novo e outros devido a expansão espontânea, foi pensado a partir de visões e discursos que se concatenaram sobre a região amazônica, e que já

faziam parte de narrativas sobre a região mais fortemente desde o século XIX, como discutido no começo deste trabalho. De um lado, um arquiteto e intelectual de fora da região que pensava as questões urbanas e rurais, de modo a propor a ocupação de um vazio que considerava sem sentido, mas que poderia ser aproveitado, e de outro, um regime ditatorial que preocupado em reduzir tensões, aproveitar um território apregoado como potencialmente gerador de desenvolvimento se explorado da maneira que deveria. Propostas, visões e discursos que se alinhavam aos interesses de exploração e tratamento do território amazônico como uma fonte de recursos a serem apropriados em nome da acumulação do grande capital e dos grupos que o compunham.

No meio deste processo, estavam populações tradicionais, indígenas, quilombolas e diversos sujeitos que foram afetados com a construção da rodovia e dos núcleos urbanos que dariam origem as cidades rurais. Zileide Pamplona Ximenes em tese intitulada “Amazônia, projeto desenvolvimentista, dissimulação e barbárie” (2010) discorre que esse processo de implementação dos grandes projetos trouxe muita violência e desrespeito aos direitos de populações ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas. Sobretudo porquê, além de expulsos e deslocados em função da mineração e dos novos empreendimentos instalados, também tiveram que lidar com a disputa por terras com os colonos que estavam chegando e se inserindo nesse espaço a partir dos projetos de colonização.

Juliana Valentini e Marcos Simões (2020) trazem em seu trabalho a discussão sobre os projetos da construção da transamazônica e da colonização, e discutem a partir de relatos de povos indígenas como esses processos levaram a mortandade através de doenças e a exploração de mão de obra de indígenas, além da desagregação de seus modos de vida e da destruição de suas profundas relações com a terra e a floresta, conseqüentemente. As imagens tomadas pelo INCRA na época da realização desses projetos dão uma dimensão do nível de intervenção, apropriação e supressão de áreas florestais durante aquele processo.



Imagem aérea do processo de construção de uma agrópolis, onde se pode ter a dimensão das extensas clareiras abertas para o processo de implementação dos diferentes núcleos urbanos das cidades rurais. Imagem retirada do livro *Urbanismo Rural*, publicado pela editora Gutenberg em 1973.

E estes são somente alguns dos exemplos dos diversos impactos que se estenderam desde o nível ambiental, até o social em diversos aspectos, e que afetaram não somente os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, mas todos os seres compunham o ambiente amazônico e igualmente suas dinâmicas de existência e sobrevivência, e que repercutem até a atualidade. Deste modo, é preciso pensar que a abertura de uma nova frente de ocupação, calcada no discurso de vazio amazônico, e alegando fundar uma nova sociedade com indivíduos exógenos à região, introduziu também velhas relações de exploração e violência, e que todo esse processo correspondeu a interesses de expansão do capital, representado pelos grandes empreendimentos privados.

Referências:

KRUGER, Renata Belz. O discurso do governo militar: dispositivos mobilizados na colonização da Transamazônica: The military government's discourse: devices mobilized in the colonization of the Trans-Amazonian. *Revista De História Da UEG*, 2022. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i2.12968>

PEREIRA, Gilson Laone. Soldados da borracha – esquecidos ou não lembrados? *Margens*, v. 8, n. 11, p. 199-217, aug. 2014. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3250/3130>.

PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003. 350 p.

MESQUITA, Thiago Broni. Uma estrada revela o mundo: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. 2018. 329 p. Tese de doutorado. (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

REGO, Renato. Utopia e Urbanismo funcionalista na transamazônica. Seminário de história da cidade e do urbanismo (14.: 2016: São Carlos, SP). Anais do XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo [recurso eletrônico]. São Carlos: IAU/USP, 2016. Pp. 41-51.

PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. Amazônia, projeto desenvolvimentista, dissimulação e barbárie. 2010. 206 p. Tese de doutorado. (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

IANNI, Octávio. Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão popular, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. “Crítica a razão dualista: O ornitorrinco”. São Paulo: Boitempo, 2003.

VALENTINI, Juliana; SIMÕES, Marcos. MEMÓRIAS INVISÍVEIS: A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA NOS RELATOS DOS POVOS TRADICIONAIS. *Revista Temporis[ação]* (ISSN 2317-5516), [S. l.], v. 20, n. 02, p. 16, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/11026>. Acesso em: 12 set. 2025.

WEINSTEIN, Barbara A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889). 2008. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Miranda, G. A., & Hochman, G. (2021). Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(3), e20190152. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0152

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.